



Bolsas
Na sexta-feira

0,43%

São Paulo

0,05%

Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

131.851

132.753

19/12

20/12

21/12

22/12

Dólar
Na sexta-feira

R\$ 4,862

(- 0,53%)

Salário mínimo

R\$ 1.320

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,355

CDI
Ao ano

11,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

11,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

0,12

0,23

0,26

0,24

0,28

Julho/2023

Agosto/2023

Setembro/2023

Outubro/2023

Novembro/2023

TRABALHO

Apesar da expectativa de crescimento mais moderado da economia no próximo ano, analistas acreditam que a oferta de vagas formais vai continuar em expansão, devido à redução dos juros e aos investimentos do PAC, entre outros fatores

Emprego deve manter alta em 2024

» FERNANDA STRICKLAND

O mercado de trabalho brasileiro deve manter ritmo de crescimento em 2024, após o desempenho favorável dos indicadores de emprego e renda neste ano. A perspectiva, segundo analistas, está associada à previsão de que a economia continuará avançando e à expectativa de afrouxamento da política monetária. Para os analistas, mesmo com a esperada desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), as contratações devem continuar no campo positivo. Neste ano, o PIB deve avançar 3%, e as projeções para o próximo ano variam entre 1,5% e 2%.

Para o economista, doutor em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, na ausência de choques inesperados, o mercado de trabalho deve permanecer aquecido. “Há um movimento de afrouxamento da política monetária em curso, que deve permanecer até meados do próximo ano. Entretanto, dado que o desemprego já caiu bastante nos últimos anos, as melhoras esperadas para 2024 na redução do desemprego devem ocorrer num ritmo um pouco mais lento”, afirmou.

Sobre a projeção de uma desaceleração do PIB, Benito explicou que ainda é preciso ver se de fato, acontecerá. “A experiência recente demonstrou que as expectativas estimadas no começo do ano, no geral, se frustram. O desempenho da economia brasileira nos últimos anos foi bem melhor do que as expectativas do final do ano anterior apontavam”, frisou.

Segundo César Bergo, professor de mercado financeiro da UnB e conselheiro do Corecon-DF, o mercado do trabalho brasileiro mostrou uma trajetória de dinamismo grande em 2023, com a criação de quase 1,8 milhão de vagas formais, com carteira assinada, apenas de janeiro a outubro, segundo os dados do Ministério do Trabalho. Na próxima

quinta-feira, deverão ser divulgados os dados de novembro, que devem confirmar a tendência.

“Esse cenário nos leva a crer que 2024 ainda será melhor”, disse Bergo. “Observamos que houve uma expansão da população ocupada, que o desemprego vem caindo de forma generalizada, abrangendo, praticamente, todos os setores da economia. Obviamente, a indústria ainda ficou devendo, mas os setores de serviços, comércio e agronegócios recuperaram com muita margem a oferta de emprego”, explicou.

Tecnologia

De acordo com Bergo, alguns setores demonstram muita força para crescimento no próximo ano. “Sobretudo o setor de saúde”, afirmou. O economista também ressalta que há expectativa de crescimento nas áreas de tecnologia, especialmente de comunicações. “Ainda mais em função do crescimento das demandas por serviços on-line do e-commerce”, disse.

Bergo ressaltou que a busca por profissionais qualificados será a tônica do mercado de trabalho em 2024. “Sobretudo em razão do avanço da tecnologia, com a forte presença da inteligência artificial, que vai ter impacto em diversos setores, como o de informação e comunicações. O setor financeiro também deve ganhar bastante com a introdução da inteligência artificial”, pontuou.

O economista destaca também o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Ele implica retomada de obras, o que vai aumentar a oferta de emprego, principalmente, no que diz respeito às parcerias público-privadas em diversos projetos, como estradas, infraestrutura, hospitais, escolas, retomada de obras paradas. Então, acreditamos que, em 2024, vai continuar ocorrendo uma queda gradual do desemprego”, ressaltou.

Mercado aquecido

Oferta de trabalho com carteira assinada avançou nos últimos 12 meses.

Saldo de contratações e desligamentos

Out/22	160.291
Nov/22	127.874
Dez/22	-455.040
Jan/23	86.166
Fev/23	251.199
Mar/23	194.171
Abr/23	181.786
Mai/23	55.740
Jun/23	157.021
Jul/23	143.296
Ago/23	219.844
Set/23	205.106
Out/23	190.366

Fonte: Caged/MTE



Faltam profissionais qualificados

O Índice de Confiança Robert Half (ICRH), estudo trimestral que monitora o mercado de trabalho e a economia, aponta que 78% dos recrutadores de empresas sinalizam dificuldades na contratação de profissionais qualificados. Segundo o levantamento, produzido pela empresa de consultoria em recursos humanos de mesmo nome, 67% dos recrutadores acreditam que o cenário não deve mudar nos próximos seis meses, enquanto 25% creem que ficará ainda mais desafiador, o que representa um aumento de 5 pontos percentuais na

comparação com a última edição do índice, lançada em setembro.

Em paralelo, as empresas podem enfrentar dificuldades para reter a mão de obra mais qualificada. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, revelam que os desligamentos a pedido do colaborador corresponderam a 40% do total de demissões no terceiro trimestre deste ano. Isso ocorre porque o baixo nível de desemprego — próximos a 3% para esse tipo de profissional — dão maior grau de liberdade

aos profissionais para escolher onde querem trabalhar.

Aprimoramento

Apesar do cenário favorável, os profissionais, mesmo os mais qualificados, não podem descuidar da sua formação. “O mercado exige uma postura de constante aprimoramento. Em um mercado onde a competição por talentos é acirrada, investir em qualificação, atualização constante e habilidades diferenciadas é essencial”, destaca Fernando Mantovani, diretor-geral da Robert Half para a América do Sul. (FS)

RAUL VELLOSO



TUDO SE PASSARIA COMO SE ESTIVESSE SENDO FEITA UMA TRANSIÇÃO GRADUAL DO VELHO REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES, TÍPICAMENTE DESEQUILIBRADO, PARA UM NOVO REGIME CAPITALIZADO E EQUILIBRADO. SÓ QUE O CUSTO DESSA TRANSIÇÃO PODERIA FICAR BASTANTE ELEVADO DURANTE UM CERTO PERÍODO INICIAL

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Previdência explosiva é o “x” da questão

Enquanto as taxas médias anuais reais de crescimento dos gastos públicos previdenciários persistirem ao redor dos elevadíssimos níveis observados desde meados dos anos 2000, o resultante quadro insustentável do investimento em infraestrutura virando pó na sequência, estará na raiz da desabada do crescimento econômico em nosso país, onde o PIB aumentou à média de apenas 1,6% ao ano em 2006-21. Daí nem os empregos nem a arrecadação tributária crescerem suficientemente.

Para enfrentar o problema, primeiro, surgiu a chamada “segregação de massas” como uma possível solução de transição para a capitalização plena, envolvendo a criação de dois fundos, embora, mesmo assim, ainda restasse uma grande dificuldade por resolver, um expressivo “custo de transição”, nem sempre percebido à primeira vista.

O primeiro seria um fundo capitalizado novíssimo que, além de se

direcionar apenas para os que ingresassem a partir de uma determinada data de corte mais recente (ou seja, algo realmente novo), adotaria regras de benefícios próximas das que já são atualmente praticadas pela própria União (ou seja, algo que, em alguma medida, já se teria submetido a algum esforço de ajuste recente), e, também, pelo que se tem visto, algo que está sendo sempre revisto. Finalmente, ao buscar o equilíbrio atuarial do próprio plano, o gestor previdenciário respectivo defenderia a cobrança das contribuições, dos novos servidores e do empregador, que fossem capazes de equilibrar o plano respectivo, aplicando os saldos financeiros acumulados ano a ano à espera do momento de transformá-los em novos benefícios, mas não mais utilizando tais recursos para bancar as aposentadorias e pensões dos mais antigos.

Já o outro seria um fundo financei-

ro em repartição simples, a partir de então em extinção, em que se situariam tão somente os pagamentos de benefícios e os recebimentos de contribuições relativos às pessoas inseridas no plano em vigor até a data de corte, ou seja, sem poder mais contar com as receitas das contribuições relativas a qualquer segurado que tivesse ingressado na fase posterior a ela. Essas últimas se constituiriam em uma espécie de custo de transição da passagem de uma situação para a outra, que teria de ser enfrentado. Só que, na sequência, por não absorver novos entrantes, esse fundo entraria gradativa e automaticamente em extinção, completando, lá na frente, o esforço de equacionamento do problema previdenciário em causa.

Em resumo, tudo se passaria como se estivesse sendo feita uma transição gradual no abandono do velho regime de repartição simples, tipicamente desequilibrado, para um novo regime

capitalizado e equilibrado, que assumiria o lugar do primeiro. Só que o chamado custo dessa transição, relativamente à situação sem mudança, poderia ficar bastante elevado durante um certo período inicial, pois, repetindo o que foi dito acima, o ente público em causa teria que arcar com montantes equivalentes aos das receitas oriundas das contribuições dos servidores e das suas próprias, que migrariam para o “fundo previdenciário” e não mais seriam usadas no pagamento dos benefícios dos servidores inseridos no fundo financeiro.

Essa situação poderia ser vista pelos gestores financeiros de estados e municípios como complicada de administrar, e daí muitos que haviam aderido à segregação de massas terem desistido de aplicá-la, pois se via muito dinheiro no novo fundo, que não podia ser tocado, mas altos deficits a serem pagos do outro lado.

Diante disso, surgiu mais recentemente a ideia de se fazer uma “transferência dinâmica de vidas”, do fundo antigo para o novo, de preferência os mais

idosos (pois dessa forma se transferiria um volume maior de pessoas que tenderiam a viver menos gastando o mesmo), de forma a convencer os que aderissem à segregação de massas mais recentemente a que não mais a abandonassem. Com isso, parte dos recursos financeiros acumulados no fundo receptor, então em excesso no curto prazo para poder cobrir necessidades futuras de pagamentos de benefícios desse fundo, seria redirecionada para arcar com o novo ônus, tirando-o das costas do tesouro do ente. Em adição, para evitar que faltasse dinheiro no futuro para pagar as aposentadorias dos mais jovens, e com bastante tempo para fazer isso, caberia, de forma também concomitante com a transferência de vidas, promover um aporte de ativos ao fundo capitalizado, para reforçá-lo, e, posteriormente, quando fosse necessário, promover sua monetização.

Assim, a transição que vários passaram a temer, por não conhecer a integridade dos procedimentos possíveis, deixa de ser um problema crítico e passa a ser algo relativamente tranquilo de resolver.